

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições Gerais

CAPÍTULO III

Disposições relativas à Administração Pública

SECÇÃO V

Proteção Social e aposentação ou reforma

Artigo 42.º - A

Complemento Especial de Pensão

O governo, em 2023, atualiza o Complemento Especial de Pensão, previsto na Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, atribuído aos pensionistas dos regimes do subsistema de solidariedade, para uma prestação pecuniária no montante mínimo de € 300,00 por mês, independentemente do tempo de serviço.

Nota justificativa:

O Estatuto do Antigo Combatente, aprovado no ano de 2020, para além de determinar um conjunto importante de medidas de apoio aos antigos combatentes e às suas famílias, veio reconhecer pelo Estado Português os serviços prestados por estes

militares a Portugal. Segundo a Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto (Lei que aprova o Estatuto do Antigo Combatente), o Complemento Especial de Pensão, corresponde a uma prestação pecuniária cujo montante equivale a 7% do valor da pensão social por cada ano de prestação de serviço militar, ou o duodécimo daquele valor por cada mês de serviço.

Assim, e dado o firme compromisso do CHEGA com os Antigos Combatentes e seus familiares, vem através desta proposta de alteração ao orçamento de Estado de 2023, propor um valor mínimo de €300 para o Complemento Especial de Pensão.

São Bento, 7 de Novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa